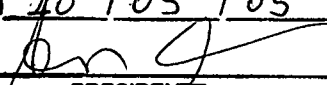




Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Cabo Frio

REQUERIMENTO Nº 042/2005

| | |
|---|-----------|
| APROVADO | |
| <u>1ª</u> | DISCUSSÃO |
| EM <u>10</u> / <u>05</u> / <u>05</u> | |
|  | |
| PRESIDENTE | |

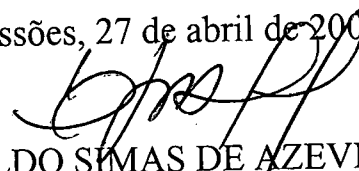
Em 27 de abril de 2005

REQUER AO EXMº SR. PREFEITO
MUNICIPAL ESCLARECIMENTOS ACERCA
DA APLICABILIDADE DA LEI Nº 1.648 DE
12 DE DEZEMBRO DE 2002.

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cabo Frio.

O Vereador que este subscreve, atendendo tudo mais o que determina o interesse público, **REQUER** à Douta Mesa, na forma regimental, o envio de expediente ao Exmº Sr. Prefeito, solicitando **esclarecimentos acerca da aplicabilidade da Lei nº 1.648 de 12 de dezembro de 2002.**

Sala das Sessões, 27 de abril de 2005.


LUIS GERALDO SIMAS DE AZEVEDO
Vereador- Autor

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 1.648 de 12 de dezembro de 2002, que “determina a forma de entrega de mercadorias ao consumidor” tem grande abrangência social. Em primeiro lugar abre o leque do mercado de trabalho, considerando-se que até então a embalagem de mercadorias era feita pelos caixas ou por meninos e menores que nenhum vínculo empregatício tinham com as casas comerciais.



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Cabo Frio

Em seguida, verifica-se também, o tempo que o cliente permanece no caixa, com filas imensas, pois o mesmo pessoal que ali trabalha também embala as mercadorias.

O importante, ainda, passa a ser a repercussão que a mencionada Lei alcançou dentro da comunidade, tornando-se necessária que a mesma seja aplicada com fiscalização.

Nestes termos, solicitamos as seguintes informações:

- **Levantamento pela Fiscalização de Posturas sobre a rede comercial a ser abrangida;**
- **Levantamento dos estabelecimentos comerciais fiscalizados e os que cumprem a Lei;**
- **Infrações cometidas e os que foram penalizados;**
- **Estabelecimentos comerciais que foram reincidentes;**
- **A Lei foi afixada no comércio em local visível ao consumidor?**

É dentro desta filosofia que entendemos a obrigatoriedade que temos em cumprir a referida Lei e dando, assim, satisfação à comunidade da nossa terra.

Assim, esperamos a aprovação do nosso requerimento.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2005.

LUIS GERALDO SIMAS DE AZEVEDO
Vereador- Autor